



**CÂMARA DE ATIVIDADES DE INFRAESTRUTURA
DE TRANSPORTE, SANEAMENTO E URBANIZAÇÃO**
Ata da 6ª reunião, realizada em 27 de junho de 2017

1 Em 27 de junho de 2017, reuniu-se ordinariamente a Câmara de Atividades de
2 Infraestrutura de Transporte, Saneamento e Urbanização (CIF), na sede da
3 Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
4 (SEMAD), em Belo Horizonte. Participaram os seguintes conselheiros titulares e
5 suplentes: o presidente Antônio Augusto Melo Malard, representante da
6 SEMAD. Representantes do poder público: Guilherme Augusto Duarte de Faria,
7 da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e
8 Ensino Superior (Sedectes); Miguel Victor Tavares Lopes, da Secretaria de
9 Estado de Cidades e de Integração Regional (Secir); Karen Christine Dias
10 Gomes, da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag); Lidiane
11 Carvalho de Campos, da Secretaria de Estado de Transporte e Obras Públicas
12 (Setop); Magid Figueiredo Ali, da Companhia de Habitação do Estado de Minas
13 Gerais (Cohab-Minas). Representantes da sociedade civil: Adriano Nascimento
14 Manetta, da Câmara do Mercado Imobiliário de Minas Gerais (CMI); Wesley
15 Bambirra Rodrigues, do Sindicato das Empresas de Construção Pesada de
16 Minas Gerais (Sicepot-MG); Carlos Eduardo Battesini Pereira, do Sindicato da
17 Indústrias da Construção Civil no Estado de Minas Gerais (Sinduscon-MG);
18 Ronaldo Vasconcellos Novais, da Organização Ponto Terra; Samir Abud Mauad,
19 da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes-MG); José
20 do Carmo Dias, do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea-MG).
21 **Assuntos em pauta. 1) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO.**
22 Executado o Hino Nacional Brasileiro. **2) ABERTURA.** O presidente Antônio
23 Augusto Melo Malard declarou aberta a 6ª reunião da Câmara de Atividades de
24 Infraestrutura de Transporte, Saneamento e Urbanização. Em seguida, a
25 Câmara prestou homenagem póstuma por motivo do falecimento do conselheiro
26 Eduardo Antônio Arantes do Nascimento, que representava a Federação dos
27 Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (Fetaemg) no COPAM.
28 Foi respeitado um minuto de silêncio, por solicitação da Presidência. Presidente
29 Antônio Augusto Melo Malard: “Antes de iniciar a nossa reunião, eu gostaria de
30 prestar uma pequena homenagem ao nosso grande colega Eduardo
31 Nascimento, que, infelizmente, nos deixou, no último dia 30 de maio. Ele esteve
32 conosco no COPAM durante mais de 15 anos, sempre muito atuante, com
33 grandes debates e contribuindo bastante. Sem dúvida nenhuma, ele faz parte
34 da história do nosso COPAM, que, inclusive, foi uma referência para a
35 construção do Conama e até hoje é uma grande referência em todo o país.
36 Então é uma pequena homenagem para, realmente, um grande profissional,

37 que nos ajudou muito durante todos esses anos. Então eu vou pedir um minuto
38 de silêncio, por favor, e que todos se levantassem.” Após um minuto de silêncio,
39 o presidente fez a seguinte manifestação: “Vamos fazer o que ele fazia de
40 melhor, trabalhar e ter grandes debates, acerca de todos os temas colocados no
41 dia de hoje.” **3) COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS E ASSUNTOS**
42 **GERAIS.** Conselheiro Ronaldo Vasconcellos Novais: “Em primeiro lugar, eu
43 queria saudar a presença de dois deputados estaduais, legítimos
44 representantes da população mineira: a deputada Rosângela Reis e o deputado
45 Celinho do Sinttrocel. Eu gostaria que fosse registrada na ata a presença de
46 ambos aqui, porque tem assuntos importantes e do interesse político que eles
47 representam com a maior competência. A segunda questão que eu queria trazer
48 é que muitos aqui já sabem. A Secretaria de Estado de Meio Ambiente e
49 Desenvolvimento Sustentável, que muita gente critica, nessa nova direção,
50 conseguiu, através de diálogo e de debate, editar a Deliberação Normativa
51 214/2017, que trata das diretrizes de elaboração e execução de educação
52 ambiental nos processos de licenciamento ambiental. Tem muita importância
53 esse processo de educação ambiental, que estava um tanto paralisado aqui em
54 Minas Gerais e que esta Secretaria agora conseguiu dar ao Estado uma
55 posição privilegiada, de vanguarda, nessa questão. É referência para o Brasil
56 inteiro. Inclusive, na reunião do Conama, com o plenário cheio, com
57 representantes do país inteiro, eu fiz questão de falar isso. Eu queria aproveitar
58 e dizer que, nós, da Ponto Terra, lançamos agora um concurso público, com
59 inscrição gratuita, para um conselho que vamos construir no distrito de Ouro
60 Preto chamado Cachoeira do Campo. Nós queremos ouvir as pessoas que
61 entendem do assunto. O primeiro prêmio é uma ida e volta à cidade Camboriú,
62 em Santa Catarina, para participar do 9º Fórum Brasileiro de Educação
63 Ambiental. É o primeiro prêmio que vamos entregar àquele que melhor fizer a
64 concepção de uma CEEA nessa região de transição entre a Mata Atlântica e o
65 Cerrado no distrito de Cachoeira do Campo. Mais detalhes estão no site
66 pontoterra.org.br.” Conselheiro José do Carmo Dias: “O Crea, hoje, tem
67 representantes em todas as Câmaras, inclusive no interior, nas URCs. Para
68 orientar os nossos mais de 130 membros em todo o Estado, nos conselhos
69 ambientais, nós fizemos um guia de representantes institucionais do Crea, que
70 aborda assuntos importantes, e eu gostaria de socializar com os demais
71 conselheiros. Eu trouxe para todos os conselheiros, e alguns que sobrem eu
72 vou deixar no cantinho da mesa para quem da plateia quiser fazer uso do nosso
73 guia.” Presidente Antônio Augusto Melo Malard: “Primeiramente, eu agradeço a
74 presença dos deputados. A Câmara só tem a ganhar com a presença de vocês.
75 E parabênzo também a Ponto Terra, como sempre, com ações excelentes,
76 assim como o Crea também, com essa iniciativa muito boa. Com relação à DN
77 de educação ambiental, o retorno que nós temos tido é muito positivo, todos
78 têm elogiado bastante. Realmente, está sendo considerada como referência no
79 nosso país. Então é com muito orgulho que recebemos esse posicionamento do

80 conselheiro Ronaldo Vasconcellos. E frisar que realmente a Secretaria vem
81 desempenhando várias ações para que possamos ter realmente um processo
82 não só de licenciamento, mas de fiscalização e de gestão ambiental mais
83 adequado e mais célere para todo mundo. E uma dessas ferramentas é
84 justamente a DN de educação ambiental, assim como várias outras
85 deliberações que estão em andamento e outras que recentemente também já
86 foram publicadas, como a DN da municipalização do licenciamento. Eu vou
87 continuar a minha fala, até nesse sentido das deliberações, e mostrar para os
88 senhores o cronograma referente à revisão da DN COPAM 74/2004, que
89 classifica os empreendimentos no Estado de Minas Gerais. Ela está em revisão
90 já há um bom tempo, inclusive por meio da Diretiva do COPAM nº 2/2009. Foi
91 colocado um desafio para a Secretaria de Meio Ambiente para inserir também
92 um aspecto locacional como critério de classificação dos empreendimentos, o
93 que atualmente é feito mediante parâmetros de porte e potencial poluidor. Nos
94 anos de 2013/2014, foi aberta uma consulta pública para qualquer interessado
95 apresentar considerações e manifestações acerca do Anexo Único da DN 74/
96 2004, que justamente traz os códigos daquelas atividades que são passíveis de
97 licenciamento no âmbito do Estado. Houve uma grande discussão. Na época,
98 com certeza, boa parte dos conselheiros participou dessa discussão. Nós
99 tivemos um retorno positivo, só que, por algumas razões, esse processo acabou
100 sendo paralisado, e foi retomado, de maneira muito intensa, do meio do ano
101 passado para cá. E agora nós temos, finalmente, um cronograma muito bem
102 estabelecido para que possamos, finalmente, deliberar a revisão da DN 74.
103 Nesse sentido, eu coloco para os senhores o cronograma para que essa
104 deliberação seja discutida na Câmara Normativa e Recursal, que é responsável
105 pelas deliberações de qualquer normatização no Estado de Minas Gerais.
106 Entretanto, é de extrema relevância que o assunto também seja trazido para
107 todas as Câmaras Técnicas Especializadas, como é o caso da CIF. Então o
108 nosso objetivo na Secretaria é fazer, primeiramente, reuniões extraordinárias
109 com cada uma das Câmaras Técnicas, para que o texto da DN mais aquele
110 anexo pertinente às competências da Câmara sejam discutidos em cada uma
111 dessas Câmaras. Vai ter uma reunião extraordinária da CIF em conjunto com a
112 CIE, que é a Câmara de Infraestrutura de Energia, no dia 12 de julho, às 9h. O
113 objetivo dessa reunião realmente é mostrar para vocês e abrir para discussão,
114 principalmente, o Anexo Único da DN 74, no que concerne àquelas atividades
115 de competência desta Câmara. Todos os senhores e a sociedade, de maneira
116 geral, vai ter acesso ao texto e ao Anexo Único, ou seja, à minuta de revisão da
117 DN 74, no dia 10 de julho. Vai ser aberta uma consulta pública no site da
118 SEMAD, e essa consulta ficará aberta por um prazo de 30 dias, sendo que
119 qualquer cidadão pode manifestar, apresentar considerações acerca do texto ou
120 de qualquer código ou qualquer ponto relativo ao anexo da minuta da DN. Para
121 os conselheiros, vai existir um formulário específico, também disponibilizado no
122 site da SEMAD. São dois formulários: um para os setores e os cidadãos; e o

123 outro para os conselheiros. Todas as contribuições dos conselheiros se darão
124 por meio desses formulários que serão disponibilizados no site da SEMAD, no
125 dia 10 de julho. E no dia 12 de julho nós vamos fazer uma discussão. Todos
126 aqueles pontos que os senhores trouxeram para discussão no dia 12 deverão
127 ser formalizados por meio desses formulários disponibilizados na internet. Está
128 aí o cronograma para todas as Câmaras Técnicas, basicamente, de uma
129 semana. E na data do dia 12 de julho haverá uma reunião conjunta com todos
130 os conselheiros da CIF e da CIE. Temos o cronograma oficial da Câmara
131 Normativa e Recursal, que vai deliberar sobre a revisão da DN 74. A primeira
132 reunião prevista é para o dia 27 de setembro. Nós vamos receber todas as
133 considerações por meio do site, dos formulários, até o dia 9 de agosto, e vamos
134 precisar de um tempo para fazer todas as avaliações e a compilação de todas
135 as contribuições apresentadas. Para então pautar na CNR no dia 27 de
136 setembro. Provavelmente, tendo em vista se tratar de uma deliberação muito
137 importante e relevante para todos os segmentos da economia e para o meio
138 ambiente de maneira geral, com certeza, terá pedido de vista, assim como
139 ocorre com quase a totalidade das deliberações que são colocadas em
140 discussão. Já contando com esse pedido de vista, vai ter uma segunda reunião,
141 no dia 25 de outubro. Tendo em vista também a complexidade e o tamanho
142 dessa DN e o grande volume de assuntos a serem discutidos, nós
143 estabelecemos um cronograma para que em cada reunião da CNR seja
144 discutido um anexo específico da DN 74. Para, se tudo der certo, termos essa
145 DN aprovada e deliberada no dia 13 de dezembro deste ano.” Conselheiro
146 Adriano Nascimento Manetta: “Neste caso, eu vou fazer o que não costumo
147 fazer, no sentido de elogio. Eu vou acompanhar as palavras do Dr. Ronaldo. É
148 notável que esse assunto tenha sido, enfim, trazido à pauta, com toda a
149 complexidade e dificuldade que tem. E colocar a mesma coisa que eu coloquei
150 na época da DN 213: o embate é sério, mas não podemos desistir, vamos até o
151 final. Temos que acabar com esse assunto, essa revisão é devida há tempo
152 demais. No que nós pudermos atalhar e cortar de etapa desse cronograma,
153 vamos nessa também. Se conseguirmos para este ano, está bom demais.”
154 Conselheiro Carlos Eduardo Battesini Pereira: “Eu queria parabenizar,
155 novamente, pela DN da municipalização, porque eu acho que é sempre válido
156 ressaltar que é um ganho muito grande para o Estado, porque nós estávamos
157 tendo prazos muito longos em todos os processos de licenciamento, e é uma
158 oportunidade para os municípios retomarem o desenvolvimento, que estava
159 completamente parado. E, dentro dessa mesma lógica, incentivar e dar nosso
160 apoio no que for possível para a revisão da 74, que eu imagino que já esteja
161 prevendo também, provavelmente, o cancelamento da 58. Nós estamos muito
162 empenhados em ajudar. Como o Adriano falou – eu estou corroborando com ele
163 –, é uma DN que está precisando disso há bastante tempo.” Presidente Antônio
164 Augusto Melo Malard: “Agradeço também as palavras. Apenas em relação à DN
165 da municipalização, a DN 213/2017, eu vou trazer aqui um breve relato do

166 status atual. Já tem dois municípios – Patrocínio e Frutal – que já manifestaram
167 e já têm toda a estrutura necessária para desempenhar suas funções e já estão
168 desempenhando. No site da SEMAD, o campo ‘regularização ambiental
169 municipal’ sempre estará bastante atualizado com aqueles municípios que já
170 fazem o licenciamento ambiental no âmbito do seu território. Além desses dois,
171 tem sete municípios conveniados, que têm delegação da competência para
172 exercer as atribuições do licenciamento, e esses sete municípios também
173 aderiram a DN de municipalização. Então vamos dizer que já temos nove
174 municípios. Além desses nove municípios, 84 municípios já manifestaram
175 interesse, e o procedimento que vimos adotando é que, após eles manifestarem
176 interesse, eles fazem uma reunião conosco, com a participação do Dr. Jairo e
177 de técnicos; depois ficam um dia na Supram fazendo um treinamento intenso.
178 Somente após terem toda estruturação e sua legislação é que, de fato,
179 começam a exercer a execução do licenciamento e da fiscalização ambiental. É
180 sempre muito importante ressaltar que a DN não só leva o licenciamento aos
181 municípios, mas a fiscalização e a gestão ambiental como um todo. Então é um
182 processo que já vem dando resultados e está sendo realizado de maneira muito
183 organizada e adequada, para que os municípios, realmente, não atropelem e
184 não passem a fazer sem antes terem, de fato, a estrutura e toda a capacidade
185 técnica de exercer suas funções originárias.” Conselheira Karen Christine Dias
186 Gomes: “Uma sugestão: se possível, encaminhar para os conselheiros das
187 Câmaras Técnicas as minutas antes do dia 10, porque talvez um dia útil para a
188 primeira reunião, do dia 11, às 9h, seja um prazo curto para analisar tudo.”
189 Conselheiro Adriano Nascimento Manetta: “Senhor presidente, eu fico muito
190 satisfeito com essas colocações em relação à DN 213. Desde a publicação, nós
191 visitamos muitos municípios e tivemos notícia de outros tantos que tinham
192 interesse. E até uma coisa satisfatória que pudemos perceber é que pelo menos
193 não vimos municípios que queriam entrar na competência de maneira
194 irresponsável. Mas o Estado apoiando nesse sentido e orientando, eu acho que
195 é a coisa mais importante que ele pode fazer para, se não garantir, pelo menos
196 chegar muito perto do sucesso desse instrumento.” Presidente Antônio Augusto
197 Melo Malard: “Nós não temos o papel de fiscalizar o que os municípios vão
198 licenciar, mas é nosso papel prestar todo o apoio técnico necessário, o que
199 realmente vimos fazendo.” **4) EXAME DA ATA DA 4ª REUNIÃO.** Aprovada por
200 unanimidade a ata da 5ª reunião da Câmara de Atividades de Infraestrutura de
201 Transporte, Saneamento e Urbanização, realizada em 23 de maio de 2017. **5)**
202 **PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE LICENÇA DE**
203 **INSTALAÇÃO. 5.1) Central de Tratamentos de Resíduos MG Ltda. CTR/MG.**
204 **Fazenda Charneca. Tratamento e/ou disposição final de resíduos sólidos**
205 **urbanos; tratamento e disposição final de resíduos de serviços de saúde**
206 **(Grupo A - infectantes ou biológicos), exceto incineração; aterro para**
207 **resíduos perigosos classe I, de origem industrial; aterro para resíduos não**
208 **perigosos classe II, de origem industrial; incineração de resíduos; aterro**

209 e/ou área de reciclagem de resíduos classe “A” da construção civil, e/ou
210 áreas de triagem, transbordo e armazenamento transitório de resíduos da
211 construção civil e volumosos; compostagem de resíduos industriais;
212 centrais e postos de recolhimento de embalagens de agrotóxicos e seus
213 componentes; base de armazenamento e distribuição de gás liquefeito de
214 petróleo – GLP. Nepomuceno/MG. PA 27429/2013/003/2017. Classe 5.
215 **Apresentação: Supram Sul de Minas. Retorno de vista: conselheiros Magid**
216 **Figueiredo Ali e Ronaldo Vasconcellos Novais.** Licença concedida por
217 unanimidade nos termos do Parecer Único, com inclusão da seguinte
218 condicionante: “Adequar o Programa de Educação Ambiental (PEA) conforme
219 diretrizes da Deliberação Normativa nº 214/2017. Prazo: na formalização da
220 LO.” **6) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE LICENÇA DE**
221 **INSTALAÇÃO CORRETIVA CONCOMITANTE COM LICENÇA DE**
222 **OPERAÇÃO. 6.1) Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do**
223 **Estado de Minas Gerais (DEER-MG). Rodovia MG 320/LMG 760 - Trecho:**
224 **Entroncamento BR 262 - Cava Grande. Pavimentação e/ou melhoramento**
225 **de rodovias. Marliéria/MG. PA 09043/2010/002/2016. Classe 3.**
226 **Apresentação: SUPPRI.** Licença concedida por unanimidade nos termos do
227 Parecer Único, com fixação de prazo para a condicionante nº 22: “30 (trinta)
228 dias após a implantação do programa.” A conselheira Lidiane Carvalho de
229 Campos registrou seu impedimento neste processo e não participou da votação.
230 O conselheiro Ronaldo Vasconcellos Novais solicitou registro em ata dos
231 esclarecimentos prestados quanto a instalação de portaria no Parque Estadual
232 do Rio Doce e de estrutura de atendimento de emergências, além da obrigação
233 do empreendedor de compensação pela Lei do Snuc. O conselheiro sugeriu a
234 construção de uma portaria logo após a Ponte Queimada ou a implementação
235 de um controle de movimentação de veículos que passarão dentro do parque
236 “por uma estrada que é muito importante e muito movimentada”. Sugeriu ainda
237 a implantação de um centro de atendimento a emergências dentro do parque ou
238 a adoção de uma ação de socorro alternativa às estruturas de emergência do
239 Estado. Lucas, da Supram Leste Mineiro: “Só para deixar claro que foi discutido,
240 até no Parque do Rio Doce, com relação a infraestruturas que não são
241 relacionadas ao impacto ambiental. Nós estamos tratando aqui do licenciamento
242 ambiental, que é responsabilidade do órgão ambiental, e temos que trazer
243 dentro desse parecer situações ou condicionantes em relação a algum tipo de
244 impacto. A portaria ou outras infraestruturas que foram levantadas para o
245 parque não têm justificativas para serem trazidas dentro do instrumento de
246 licenciamento ambiental.” Conselheiro Ronaldo Vasconcellos Novais: “Está
247 garantido que o DEER ou a Setop vai pagar ao Instituto Estadual de Florestas
248 0,5% do valor do empreendimento como compensação ambiental, como prevê a
249 Lei do Snuc?” Lucas, da Supram Leste Mineiro: “É obrigação do
250 empreendedor.” Presidente Antônio Augusto Melo Malard: “Tem a condicionante

251 nº 18, estabelecida no parecer, que é 'protocolar na Gerência de Compensação
252 Ambiental do IEF a abertura de processo de cumprimento da compensação
253 ambiental de acordo com a Lei 9.985, Decreto Estadual 45.175 e Decreto
254 Estadual 45.629, de acordo com os procedimentos estipulados em portaria do
255 IEF". Conselheiro Ronaldo Vasconcellos Novais: "Então que fique muito clara
256 essa questão, que é importante." O conselheiro Adriano Nascimento Manetta
257 registrou as seguintes considerações e recomendação: "Eu estive nessa região
258 do Parque do Rio Doce, pelo outro lado, pela estrada que vai para Bom Jesus
259 do Galho, e realmente é um acesso muito difícil. Eu fico satisfeito de ver que
260 vamos, simultaneamente, promover o desenvolvimento regional e a
261 possibilidade mais concreta de turismo em um parque que, na minha opinião, é
262 a joia da nossa coroa, um parque espetacular e dos mais antigos que nós
263 temos. Mas nesse sentido nós começamos a nossa reunião com uma
264 homenagem ao Eduardo Nascimento, que, além de amigo, era um cara que me
265 fez referência sobre como atuar no Conselho, como me posicionar. E uma das
266 bandeiras que ele sempre defendeu e que eu vou defender aqui – em que pese
267 a questão de compensação não ser com este Conselho – é que o parque é
268 nosso orgulho e também nossa vergonha no sentido de que, desde a época de
269 Getúlio, quando foi criado, ele não está regularizado fundiariamente. Então que
270 pelo menos uma parte desse recurso seja destinada a promover essa
271 regularização, que é devida há muito tempo." **7) PROCESSO**
272 **ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE ADENDO A LICENÇA DE**
273 **INSTALAÇÃO. 7.1) Departamento Nacional de Infraestrutura de**
274 **Transportes Terrestres (Dnit). BR-381-MG. Subtrecho: KM 450**
275 **(Entroncamento MG-020). KM 143,61 (Entroncamento BR-116/MG).**
276 **Implantação e duplicação de rodovias. Governador Valadares, Periquito,**
277 **Naque, Belo Oriente, Santana do Paraíso, Ipatinga, Coronel Fabriciano,**
278 **Timóteo, Jaguarçu, Antônio Dias, Nova Era, João Monlevade, Barão de**
279 **Cocais, Bela Vista de Minas, São Gonçalo do Rio Abaixo, Itabira, Bom**
280 **Jesus do Amparo, Nova União, Caeté, Sabará, Santa Luzia e Belo**
281 **Horizonte/MG. PA 01323/2007/003/2011. Classe: 6. Apresentação: Supram**
282 **Leste Mineiro. Adendo à Licença de Instalação aprovado por unanimidade. 8)**
283 **ENCERRAMENTO.** Não havendo outros assuntos a serem tratados, o
284 presidente Antônio Augusto Melo Malard agradeceu a presença de todos e
285 declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

APROVAÇÃO DA ATA

290 **Antônio Augusto Melo Malard**
291 **Presidente da Câmara de Atividades de Infraestrutura**
292 **de Transporte, Saneamento e Urbanização**